

ARTIGO TÉCNICO

Ocupação do Trabalhador Rural Paulista, no Triênio 1988-90 9

CONJUNTURA AGROPECUÁRIA

Alho	25
Batata e Cebola	25
Café	25
Cana-de-açúcar	26
Feijão	27
Soja	28
Trigo	28
Avicultura	29
Suinocultura	30
Indicadores de Conjuntura Agropecuária	31
Custo Horário de Operação de Máquinas e Implementos Agrícolas, Estado de São Paulo	32

PREÇOS AGRÍCOLAS

COMPORTAMENTO DE PREÇOS	35
Preços Recebidos	35
Preços Pagos	35
Índice de Paridade	36
Preços no Varejo	36

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA 57

MERCADO DE TERRAS AGRÍCOLAS 63

SITUAÇÃO DA PESQUISA NO INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA: PRIMEIRO SEMESTRE DE 1991 73



artigo técnico

OCUPAÇÃO DO TRABALHADOR RURAL PAULISTA, NO TRIÊNIO 1988-90(1)

José Eduardo Rodrigues Veiga(2)
Maria Carlota Meloni Vicente(2)
Elizabeth Alves e Nogueira(2)
Celma da Silva Lago Baptistella(3)

1 - INTRODUÇÃO

O comportamento do emprego agrícola está associado a aspectos estruturais e conjunturais, destacando-se o panorama econômico vigente e a composição da produção agropecuária.

Este artigo visa apresentar dados recentes sobre o emprego rural no Estado de São Paulo, nos anos de 1988, 1989 e 1990, nos quais a produção do setor ficou extremamente suscetível às alterações decorrentes de uma sucessão de planos econômicos emergenciais. Nesse sentido, todos os comentários sobre a situação temática estão ligados a fatos que influenciaram decisivamente no processo produtivo e interferiram no mercado de trabalho e, que realçam, mais uma vez, o estreito horizonte e até mesmo os limites do poder de negociação a que estão submetidos os membros da população trabalhadora rural.

O período analisado compreende o fim do governo Sarney e início do Brasil Novo de Collor, anos estes que guardam em comum uma sucessiva quebra de expectativas com planos econômicos, os quais, embora produzidos por "diferentes" concepções de governo, caracterizam perfeitamente um período exauri-

rado econômica e socialmente.

Poucos meses após a decretação do plano de estabilização econômica - março de 1990 -, a economia praticamente fechou o canal do fluxo migratório cidade-campo e campo-cidade. Nenhum setor oferecia novas oportunidades de emprego, poucos estavam próximos da manutenção dos níveis de outros períodos.

As melhores perspectivas nas cidades, maiores salários, salários indiretos próprios da urbanidade, etc., que ao longo dos tempos reforçaram o êxodo rural, foram obstruídas pela realidade do desemprego urbano massivo. Por outro lado, o mercado de trabalho agrícola não teve como amortecer a crise - seu papel histórico -, minorando o desemprego da população economicamente ativa (PEA) de São Paulo, que no mês de junho de 1990, segundo a Fundação Sistema de Análise de Dados (SEADE) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio-Econômico (DIEESE), atingia 5,8% com um acumulado de 24,8% no semestre.

Como a dinâmica deste mercado de trabalho tem uma relação com o êxito da produção agrícola, torna-se óbvia a afirmação imediata de ter ocorrido retração no emprego. A dimen-

(1) Recebido em 03/10/91. Liberado para publicação em 14/10/91. Os autores agradecem a colaboração dos estagiários Antonio Marcos Rodrigues e Silva, Sônia Regina da Silva, Adriana Nogueira Poiatti e Lauro Borges Q. Santos.

(2) Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

(3) Socióloga, funcionária do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

são do declínio da atividade agrícola e os seus reflexos sobre a necessidade da força de trabalho exigem, entretanto, que sejam feitos alguns comentários sobre os aspectos conjunturais que envolveram o setor em determinado período.

Os meses que antecederam a transição Sarney/Collor impuseram uma pressão sui-generis sobre os produtores agrícolas: tinham que tomar decisões em um ambiente de grande incerteza, dado o sucateamento a que fora submetido o setor. A derrocada dos produtores estampa-se no resultado da última safra agrícola da gestão Sarney (1989/90), com a incrível quebra na produção brasileira de grãos - da ordem de 16,0% - e queda de 25,0%, em termos reais dos preços(4).

Enquanto a agricultura aguardava que o novo Governo restabelecesse o tradicional fluxo de recursos (liberação de crédito de custeio-amortização-liberação de crédito de comercialização-amortização-liberação de crédito de custeio, ...), que outrora a financiou, recebeu o impacto de um plano de redirecionamento com ajustes monetários, incluindo o tabelamento de preços, o qual, por forçar os preços agrícolas para baixo, mais uma vez penalizava o setor.

Uma das primeiras consequências ficou por conta do não fechamento de contratos até o final do mês de abril, com prejuízos à comercialização da safra 1989/90 e ao custeio da cultura da cana-de-açúcar, grande empregadora.

De forma sintética, outros fatos que influíram na queda da produção agrícola paulista em 1990 foram: ausência de regras para formalização das operações de crédito rural; recrudescimento da redução dos preços agrícolas, com a impossibilidade de finan-

ciamento da produção e demora na decisão de como corrigir os preços mínimos. Se as médias dos preços reais recebidos de janeiro a março de 1990, em relação ao mesmo período de 1989, para produtos de inverno, já haviam sido reduzidas (-48,3% para batata e -33,2% para feijão, por exemplo), com o novo Governo veio o acirramento do comportamento declinante(5).

O emprego agrícola, fundamentalmente o temporário sem solidez estrutural, acaba por refletir qualitativa e quantitativamente todos os momentos de auge ou declínio das safras resultantes das conjunturas econômicas.

2 - METODOLOGIA

Foram analisadas estimativas provenientes do levantamento objetivo, por amostragem, realizado pelo Instituto de Economia Agrícola que tem por finalidade prever e estimar safras agrícolas, bem como levantar questões sócio-econômicas referentes à agricultura paulista. A amostra utilizada é composta por 3.622 imóveis rurais, e a expansão dos dados realiza-se de acordo com o método descrito em Campos & Piva(6).

Os questionários são enviados aos produtores rurais em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro, e as questões sobre mão-de-obra referem-se: aos trabalhadores não residentes nos imóveis, que incluem volantes e aqueles contratados para serviços específicos; aos trabalhadores permanentes que não residem na propriedade; e também aos proprietários e seus familiares; à população trabalhadora residente, que compreende as categorias proprietário, administrador, arrendatário, parceiro, colono, mensalista, diarista, emprei-

(4) Prognóstico Agrícola, 89/90. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, IEA, 1989.

(5) Op. cit. nota 4.

(6) Campos, Humberto & Piva, Luiz H. de O. O dimensionamento de amostra para estimativa e previsão de safras no Estado de São Paulo. Agricultura em São Paulo, SP, v.21, n.3, 1974, p.65-88.

teiro e outros.

Para a avaliação da população trabalhadora agrícola paulista utiliza-se do levantamento realizado em abril, período de colheita de grande parte das culturas anuais, e também início da colheita de café.

Nesse questionário enviado a campo, incluem-se dados relativos a todas as categorias de trabalhador. Entretanto, o empregado volante por suas características peculiares, ou seja, pela sazonalidade de seu trabalho, é avaliado durante os cinco levantamentos anuais.

Com a finalidade de propiciar uma idéia da precisão das estimativas, apresentaram-se os erros amostrais (EA), em porcentagem, relativos às médias da amostra para as estimativas de mão-de-obra empregada (quadros 1 e 2).

Ressalte-se que os erros de amostragem são calculados para as variáveis do questionário enviado aos produtores rurais, e nos quadros comentados no texto as informações estarão agrupadas, em alguns casos.

3 - ANÁLISE DO EMPREGO RURAL PAULISTA

A população trabalhadora rural que em 1988 somava 1.624 mil indivíduos, decresceu 9,4% em 1989, retomando em 1990 os mesmos níveis de 1988 (somando-se os residentes e não residentes inclusive volantes do levantamento de abril).

3.1 - Trabalho Residente e Não Residente nos Imóveis Rurais, Exceto Volantes

Com relação ao emprego daqueles que caracterizam o trabalho permanente nos imóveis rurais - trabalhadores residentes e não residentes, exceto volantes - observaram-se algumas oscilações. Tomando por base o levantamento de abril de 1988, constatou-se decréscimo da ordem de 10,8% e de 1,4%

em 1989 e 1990, respectivamente (quadro 3).

Os proprietários e seus familiares, que tradicionalmente representam cerca de 40,0% da população residente nos imóveis rurais, e não residente (exceto volante) em 1989 e em 1990 empregaram-se em menor número, quando comparados com 1988. É a categoria responsável pelo trabalho de direção das propriedades e também a que realiza outras atividades do processo produtivo. Sabe-se que pequenos produtores rurais empregam-se em outras fazendas em algumas épocas do ano, procurando, dessa forma, ampliar suas fontes de sustento e assim continuar produzindo sem ter que vender suas terras. Não se conhecem, porém, estimativas sobre o número dessas pessoas. Movimento semelhante no nível de emprego também pode ser observado na categoria dos assalariados residentes.

Já o total de parceiros (e familiares) vem caindo sensivelmente ano a ano. Esse número em 1988 era de 83,2 mil, passando para 63,5 mil em 1990, ou seja, uma queda de 23,6%. Discutir o porquê desta queda seria oportuno devido às próprias características dessa relação de trabalho, considerando para qual categoria e/ou atividades esses indivíduos estariam se deslocando. No entanto, uma análise qualitativa e quantitativa da dimensão desse fenômeno exige, necessariamente, um levantamento estatístico específico.

Os arrendatários foram os únicos que tiveram os níveis de emprego sempre crescentes no período, sendo que de 1988 para 1990 essa elevação foi de 18,4%.

As outras categorias de residentes - colonos e empreiteiros, que juntos respondem por, aproximadamente, 2,5% da população trabalhadora - mantiveram o nível de emprego inalterado nos anos em estudo.

Face a estes dados, incorpora-se à análise o relativo de preços, pois é conhecida a sua importância na tomada de decisão por parte do produ-

QUADRO 1. - Erros de Amostragem da População Trabalhadora Residente e Não Residente Nos Imóveis Rurais, Levantamento de Abril, 1988-90

(em porcentagem)

Categoria	Homem						Mulher					
	(- 15 anos)			(+ 15 anos)			(- 15 anos)			(+ 15 anos)		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990	1988	1989	1990	1988	1989	1990
Proprietário	12,8	12,2	12,6	5,0	4,9	5,2	15,6	18,5	17,9	7,1	7,2	6,8
Arrendatário	-	2,9	14,6	12,0	13,6	11,0	20,9	-	-	17,8	6,2	15,1
Parceiro	21,9	23,4	27,2	7,8	9,3	10,1	16,6	27,7	12,9	11,8	12,9	12,6
Colono	66,0	55,3	-	47,1	38,2	8,3	-	-	-	33,2	28,3	6,0
Empreiteiro	-	61,0	-	12,0	17,3	17,0	47,1	63,5	67,7	15,0	48,8	32,5
Assalariado	10,6	4,4	7,1	5,4	10,9	13,5	18,6	22,3	13,9	17,1	14,0	7,3
Outros residentes	9,7	33,6	27,4	32,1	11,2	16,5	4,6	21,1	17,6	15,4	17,9	15,3
Total residentes	4,4	9,6	8,7	5,7	3,3	5,9	9,0	12,6	11,2	4,2	5,8	5,1

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 2.- Erros de Amostragem dos Trabalhadores Volantes, Levantamento de Abril, 1988-90

(em porcentagem)

Mês	Homem						Mulher					
	(- 15 anos)			(+ 15 anos)			(- 15 anos)			(+ 15 anos)		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990	1988	1989	1990	1988	1989	1990
Fev.	14,1	20,1	12,7	11,8	10,2	7,6	13,0	24,3	13,1	15,8	12,1	31,4
Abr.	15,2	18,9	17,4	23,5	10,5	9,6	14,8	36,0	29,2	10,7	15,4	20,0
Jun.	18,4	25,9	11,4	26,0	35,5	12,1	17,1	30,0	13,8	40,5	20,6	14,2
Set.	10,2	23,6	6,3	14,8	8,4	29,3	3,2	32,0	11,3	17,1	10,2	62,5
Nov.	24,5	5,7	18,3	13,2	8,5	98,8	2,5	9,7	13,5	14,7	11,3	18,2

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 3.- População Trabalhadora Residente e Não Residente nos Imóveis Rurais, Estado de São Paulo, Abril, 1988 a 1990(1)

Categoria	1988		1989		1990	
	Número	%	Número	%	Número	%
Proprietário	314.814	37,2	280.408	38,4	312.059	37,0
Administrador	22.371	2,6	20.353	2,8	20.710	2,5
Arrendatário	20.012	2,4	22.102	3,0	23.697	2,8
Parceiro	83.204	9,8	71.393	9,8	63.552	7,5
Colono	8.423	1,0	8.894	1,2	9.077	1,1
Empreiteiro	10.597	1,3	11.307	1,5	10.925	1,3
Assalariado	324.248	38,3	281.641	38,6	363.646	43,1
Outros	63.587	7,5	34.124	4,7	40.181	4,8
Residente	847.256	100,0	730.222	100,0	843.847	100,0
Proprietário	192.455	54,3	169.440	49,6	170.967	50,1
Outros(2)	161.670	45,7	172.370	50,4	169.966	49,9
Não residente	354.125	100,0	341.810	100,0	340.933	100,0
Total	1.201.381	-	1.072.032	-	1.184.780	-

(1) Engloba parceiro, proprietário, assalariado e arrendatário, bem como familiares que auxiliam no trabalho.

(2) Este item engloba administrador, diarista, mensalista e outros trabalhadores contratados para serviços específicos, exceto a categoria volante.

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

tor. Acredita-se que a relação de troca nas épocas de comercialização e de plantio da safra seja o item mais considerado pelo produtor. Nesse sentido, vale verificar os índices de paridade calculados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), e que comparam as mudanças relativas entre os índices de preços recebidos e de preços pagos pelos agricultores paulistas. A safra plantada em 1987 e colhida em 1988, influenciada pelos índices de 1986, bem favoráveis à agricultura, em média de 126,35, proporcionou resultados positivos sobre o emprego(7).

A partir de 1987, os índices mensais de paridade se deterioraram, com uma média de 74,50, com relativa reação apenas no último trimestre de 1988, embora essa melhora não tenha se refletido no resultado anual, que ficou ao nível de 89,40. Essa situação contribuiu para o desempenho negativo da safra posterior, colhida em 1989.

A estimativa do valor real da produção agrícola - que considera os principais produtos da agricultura paulista - mostrou em 1988/89 um decréscimo de 18,5% relativamente a 1987/88. Esse resultado se deveu, principalmente, à redução nos preços reais dos principais produtos (20,5%). Ressalte-se que, as culturas de algodão, arroz, amendoim-da-seca, café e cana-de-açúcar - grandes empregadoras de mão-de-obra - sofreram perdas tanto nos preços quanto na produção(8). Estima-se que 152,1 mil pessoas tenham deixado as atividades agrícolas.

Em 1990, a economia aponta sinais de recessão. Nessas condições, há que se considerar que a agricultura, ainda sob efeito da recuperação da relação de trocas no primeiro semestre

de 1989, apresentou um bom desempenho no valor da produção, e até mesmo um acréscimo na área plantada naquelas culturas que demandam grande contingente de mão-de-obra, tais como: café, algodão, laranja, cana-de-açúcar, arroz e feijão(9). Como se sabe, os processos de produção industrial ajustam-se mais rapidamente a um decréscimo da demanda global esperada, enquanto que a produção agrícola, uma vez iniciada, não pode sofrer interrupções. Assim sendo, o emprego agrícola crescente em relação a 1989 não sofreu de imediato o impacto recessivo.

3.2 - O Trabalho Volante

Os cinco levantamentos efetuados em 1988, através dos quais se avalia o comportamento do emprego volante na safra agrícola, revelaram uma participação mais significativa desses trabalhadores em junho (470,7 mil) seguido de abril (423,3 mil). Esse comportamento pode ser justificado através das colheitas de culturas anuais de café e de cana-de-açúcar. Esse padrão de ocupação acontece desde o final dos anos setenta (quadro 4).

Em 1989 a situação se altera e a ocupação do trabalho volante decresce 15,0% no mês de junho, quando empregam-se, em maior número, na colheita de cana-de-açúcar. Levando-se em consideração que o decréscimo na produção de cana do Estado foi de apenas 1,1% e que nos outros meses em que a colheita acontece não houve aumento significativo do emprego, a resposta parece ser que o uso de colheitadeiras tenha se intensificado.

A esse respeito, Veiga et alii mencionam o declínio no emprego

(7) Santiago, Maura M.D. coord. Estatística de preços agrícolas no Estado de São Paulo. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, IEA, 1990. Tomo 3.

(8) Anuário de Informações Estatísticas da Agricultura: anuário IEA, 1989. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, IEA, 1990. 69p.

(9) _____: anuário IEA, 1990. _____. 111p.

QUADRO 4.- Estimativa do Número de Trabalhadores Volantes Empregados, por Divisão Regional Agrícola (DIRA), Estado de São Paulo, 1988-90

Ano/mês	São Paulo	Vale do Paraíba	Sorocaba	Campinas	Ribeirão Preto	Bauru	São José do Rio Preto	Araçatuba	Presidente Prudente	Marília	Total
1988											
Fev.	2.022	4.080	37.685	50.618	77.197	15.041	55.371	25.770	45.074	16.300	329.158
Abr.	2.012	8.713	76.721	45.085	101.285	19.752	88.896	35.004	22.904	22.906	423.278
Jun.	3.066	13.150	72.381	83.993	124.031	25.434	58.418	18.065	30.353	41.851	470.742
Set.	1.696	5.050	40.982	70.654	89.797	13.932	46.328	16.004	23.534	13.053	321.030
Nov.	706	7.761	49.657	28.111	58.905	7.408	27.641	7.760	22.594	12.670	223.213
1989											
Fev.	2.440	4.662	53.108	26.885	83.865	8.122	57.493	8.890	36.227	13.617	295.309
Abr.	-	9.204	45.739	66.672	87.377	24.749	77.653	23.641	53.670	13.781	402.486
Jun.	3.174	11.169	69.241	61.067	90.289	20.872	75.183	21.017	15.584	32.858	400.454
Set.	3.497	6.506	35.362	42.347	77.827	19.023	58.585	18.839	48.305	19.798	330.089
Nov.	4.527	10.235	38.744	36.265	51.208	11.989	50.231	8.262	21.781	12.957	246.199
1990											
Fev.	1.379	5.750	34.129	45.980	77.016	20.551	82.579	13.428	50.225	30.726	361.762
Abr.	-	5.984	51.628	86.675	77.258	13.434	71.938	22.509	84.019	25.842	439.289
Jun.	-	9.874	32.230	28.159	89.077	16.796	81.393	17.628	10.461	24.937	310.554
Set.	677	17.070	16.071	37.774	92.530	27.196	36.651	20.097	20.951	30.885	299.902
Nov.	12.058	8.375	28.580	34.465	78.502	21.576	52.054	22.544	26.440	12.958	297.552

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

de bóias-frias, ocorrido desde 1987, embora seja prematuro falar sobre "tendência declinante" em função do curto período em que se manifesta(10).

Já em 1990 para o pessoal volante ocupado na agricultura, o nível de emprego manteve-se regular até o mês de abril, apesar da decretação do Plano Collor I (março de 1990) e da colheita de algodão ser de início prejudicada (pois foram confiscados os recursos destinados ao pagamento da mesma). Resolvido o impasse, o produto passou a ser colhido, aumentando inclusive o emprego no mês de abril.

Merece destaque a retração do emprego desta categoria de trabalhadores a partir de junho de 1990, quando em sua maior parte efetua a colheita de cana-de-açúcar. Para se ter uma idéia dessa queda, o nível de emprego em junho de 1990 foi menor que o de junho de 1985 (o pior até então), ano em que as culturas perenes e semi-perenes foram prejudicadas pela seca. As mesmas oscilações podem ser observadas entre as Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs), no período em análise.

Nesse sentido, vale enfatizar a necessidade de pesquisas sobre o impacto da intensificação do uso de colheitadeiras na cana, com destaque para o delineamento de um novo padrão de ocupação da mão-de-obra, analisando-se os pontos benéficos e os prejuízos ao trabalhador.

As estimativas dos dias-homem (d-h) de trabalho volante - que possibilitam avaliar a distribuição do emprego durante o ano - confirmam a queda nos meses de junho, julho e agosto. Ressalte-se, também, um decréscimo em outubro, época da colheita de laranja. As dificuldades atuais enfrentadas pela citricultura, devido à

queda dos preços internacionais e à competitividade com o México e outros países exportadores importantes, poderão prejudicar o emprego e a renda da agricultura paulista no médio prazo (quadro 5).

Convém destacar, também, as alterações qualitativas processadas no mercado de trabalho agrícola: um artigo publicado, pelo jornal O Estado de São Paulo, e relativo à Usina Santa Adélia, no município de Jaboticabal, menciona a criação de uma nova categoria de trabalhador rural - os safristas. Seriam trabalhadores contratados exclusivamente na área de atuação de cada Sindicato de Trabalhadores Rurais, apenas para o período de corte da cana, com todos os direitos trabalhistas, inclusive 13o. salário e férias proporcionais(11). Na verdade, seria mais uma adequação nas relações de trabalho, do que propriamente a criação de uma nova categoria.

Esse procedimento tem sido adotado por usinas paulistas, que procuram, desta forma, garantir a mão-de-obra para realização do processo produtivo. Outros benefícios são oferecidos, dentre os quais uma alimentação melhor e transporte adequado, conforme regulamentado pela Constituição Paulista.

Se em dada época foi interessante o emprego sem vínculo empregatício e pouca atenção foi dada ao trabalhador em termos de transporte e alimentação, por exemplo, as necessidades do capital agroindustrial estão agora voltadas às questões ligadas à manutenção da mão-de-obra nas empresas e ao aumento da produtividade do trabalho. Tudo leva a crer que essas alterações nas relações de trabalho sejam um somatório das reivindicações da categoria e das dificuldades de se obter a

(10) Veiga, José E.R. et alii. Avaliação do emprego agrícola no Estado de São Paulo, 1985-89. Agricultura em São Paulo, SP, v.37, Tomo 2, 1990. p.179-94.

(11) Trabalhadores rurais conquistam melhorias. O Estado de São Paulo. SP, 1/5/91.

QUADRO 5.- Demanda de Mão-de-obra Volante, Estado de São Paulo, 1988 a 1990

(em dias-homem)

Mês	1988	1989	1990
Jan.	4.259.842	3.597.319	3.334.199
Fev.	3.759.949	3.104.276	3.161.925
Mar.	4.884.926	4.182.460	4.793.541
Abr.	4.042.355	4.731.780	4.134.201
Mai.	4.283.632	4.400.544	3.783.138
Jun.	6.109.280	4.889.620	3.009.322
Jul.	6.281.864	4.601.817	4.252.620
Ago.	5.490.146	4.966.053	4.314.606
Set.	3.819.598	3.173.043	3.346.245
Out.	3.674.026	5.147.781	3.544.622
Nov.	3.301.703	3.068.364	3.401.139
Dez.	3.224.882	2.622.322	3.459.303
Total no ano	53.132.203	48.485.379	41.075.558

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

mão-de-obra necessária, principalmente na época da colheita.

Não se deve esquecer que a preocupação dos bóias-frias com a sobrevivência e com a falta de perspectivas de conseguir uma situação mais favorável tem sido uma constante, dado que as condições de vida e de trabalho continuam precárias para maioria deles.

3.2.1 - Trabalho volante feminino

Os dados, embora denotem algum acréscimo de 5,5% em 1990 contra a média anual de 1988, devem representar, no máximo, uma estabilização em torno desses números. Estas informações não servem para atestar qualquer evolução qualitativa, pois mascararam a realidade que condiciona historicamente os aumentos quantitativos, no que inclui seu salário em relação ao do trabalhador masculino (quadro 6).

Ressalte-se, portanto, que houve a intenção de indicar apenas o peso da presença feminina no emprego temporário, sem contudo avaliar os ganhos qualitativos de seus direitos, bem como o grau de aceitação da mulher volante por parte das empresas rurais, em iguais condições de concorrência, e ainda sem analisar conquistas de direitos trabalhistas e a sua inserção nos sindicatos rurais.

A citada questão sindical deverá ser enfatizada em estudos que avaliem as conquistas dos direitos até então centradas no homem. A mulher tem atuado neste plano como um ser dependente do marido associado ao sindicato, usando a entidade como órgão prestador de assistência.

Desta forma, deixa de ingressar de fato nos sindicatos para pleitear igualdade social com os homens. Há, porém, indícios de mudanças

substanciais neste sentido, e mais concretamente em Dobrada, Estado de São Paulo - município dormitório de bóias-frias - onde a diretoria do sindicato é composta majoritariamente por mulheres.

A maior participação da mulher no processo produtivo não significa uma abertura no universo das relações de trabalho. Pelo contrário: ingressa no setor agrário como bóia-fria, indo concorrer não só com tecnologias poupadoras de emprego mas com um mercado de mão-de-obra masculina. Estas condições seguramente contribuem para o rebaixamento dos seus salários, o que amplia sua participação no contingente de empregados volantes. E, como sua presença no processo produtivo persiste principalmente como subsidiária ao trabalho do homem, este pagamento diferenciado, não sofrendo pressões organizadas, segue sua trilha igual, traduzindo-se em amplas vantagens aos detentores do capital.

O censo demográfico de 1980 (IBGE), ao estabelecer a participação percentual dos volantes - por rendimento médio mensal e por sexo, em São Paulo - indicava que aproximadamente 69,0% das mulheres recebiam até um salário mínimo contra 48,0% de homens.

O estudo de Saffioti & Ferrante(12) chama a atenção para outras faces do processo, que aparentemente multiplicou a participação da mulher no setor agrário. Sua vida rural sempre a marcou fundamentalmente como produtora das condições materiais imediatas para a reprodução da força de trabalho, definindo-a como um trabalho marginal ao capital. A agricultura de subsistência - reduzida, em função das políticas agrícolas, da pressão à concentração fundiária, etc., que ceifaram sua capacidade de recriação - era o tipo de organização da produção agrícola que de fato absorvia maior

(12) Saffioti Heleieth & Ferrante, Vera B. A mulher e as contradições do capitalismo agrário In: Spindel, Cheywa: Jaquette, Jane; Cordini, Mabel. A mulher e mudanças no processo de produção agrícola: estudos sobre a América Latina. s.L.p., IICA, 1984. p.3239.

força de trabalho feminino. As famílias configuravam funções dentro de uma unidade de produção, que foram substituídas por unidades assalariadas individuais, o que fez com que a sua reprodução só fosse assegurada com a venda da força de trabalho por parte de todos os seus membros. O agravante é que o regime de salariedade foi praticamente absorvido pelo emprego temporário.

É nesse contexto que devem ser compreendidos os dados relativos à mulher volante, que ficam mais claros ao se verificar as médias anuais, as quais mostram a retomada em 1990 e com algum acréscimo ao patamar de 1988 (quadro 6). O declínio ocorrido em 1989 tem a ver com a retração geral do emprego volante.

Se em termos absolutos o crescimento do número de mulheres volantes empregadas permite que se depreenda determinada relevância, em termos relativos a elevação é menos significativa. Para tanto, ao comparar o valor médio anual de mulheres empregadas, com o valor médio anual total de volantes tem-se que 25,2% de mulheres volantes participaram do número total empregado em 1988, 22,8% em 1989 e 27,6% em 1990. Curiosamente, bastou o emprego total reduzir em 1989 para que caísse o percentual feminino em relação ao masculino, demonstrando o quanto é insubstancial a oferta de emprego para a mulher na agricultura paulista.

3.2.2 - Trabalho volante do menor

É interessante observar também a utilização da mão-de-obra do menor no trabalho rural paulista, no cultivo dos mais variados produtos, tanto na unidade familiar quanto como trabalhador assalariado.

Na década de setenta, é que o assalariado infantil começa a ser registrado com maiores detalhes e frequência nos estudos do meio rural, quando as atenções dos pesquisadores se voltam para a análise do fenômeno da proletarização da mão-de-obra rural, com grande expansão do trabalho assalariado, principalmente volante.

Antuniassi(13) constatou que no período de 1970/75 houve um crescimento de 6,5% do número de trabalhadores mirins (residentes e não residentes nos imóveis rurais) em contraposição a uma diminuição do número de adultos, indicando a importância adquirida desses menores.

De forma geral, as crianças são empregadas em todas as etapas do processo produtivo, não se restringindo apenas a uma dada tarefa. Contudo, vale ressaltar que com o aumento da tecnificação da agricultura paulista, o uso da mão-de-obra infantil torna-se mais restrito, adequando-se ao grau de modernização das atividades agrícolas. Assim, por exemplo, à medida que a carpa passa a ser mecânica e/ou química, diminui a necessidade de utilização dessa força de trabalho.

O avanço tecnológico, porém, não atingiu de forma igual todas as fases do processo produtivo. A colheita manual ainda predomina em muitas lavouras. Isto vem de encontro com a necessidade de se ter um contingente de empregados temporários, no qual está inserido o trabalho mirim. Particularmente na cultura do algodão, o menor é amplamente solicitado, razão pela qual o mês de abril - principal mês de colheita do produto - apresenta significativo emprego. Em 1990, quase cinquenta mil menores foram arrematados, ou seja, cerca de 11,0% do pessoal volante (quadro 7).

O uso dessa mão-de-obra levanta questões interessantes como o tempo

(13) Antuniassi, Maria Helena R. O trabalhador mirim na agricultura paulista. São Paulo, FFLCH/USP, 1981. 184p. (tese doutorado)

QUADRO 6.- Estimativa do Número de Mulheres Volantes Empregadas no Campo, Estado de São Paulo, 1988 a 1990

Ano	Fevereiro	Abril	Junho	Setembro	Novembro
1988	81.065	115.570	114.746	85.289	48.268
1989	59.194	110.132	98.359	72.725	42.313
1990	113.565	115.908	55.997	133.228	50.648

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 7.- Estimativa do Número de Menores Volantes Empregados no Campo, Estado de São Paulo, 1988 a 1990

Ano	Fevereiro	Abril	Junho	Setembro	Novembro
1988	28.014	43.836	21.269	13.103	9.245
1989	8.421	34.608	21.377	20.841	18.010
1990	26.660	49.462	11.656	17.187	10.587

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

de trabalho efetivamente prestado à sociedade e a falta de opções quanto à sobrevivência. Estudo recente da Unicef e do IBGE, a nível de Brasil, mostra que é elevado o número de crianças entre 10 e 14 anos incompletos que trabalham. Estima-se em dez milhões o número de menores empregados, grande parte dos quais deixam de estudar para sobreviver.

Do total de trabalhadores infantis, 42,9% ocupam-se na agricultura, e o restante na prestação de serviços e na indústria(14). Constata-se, nesse sentido, um ciclo danoso à sociedade como um todo: a criança começa a trabalhar pressionada pelo baixo salário do pai e da mãe e deixa de estudar, contribuindo assim para o crescimento da oferta de mão-de-obra desqualificada e de baixo salário.

Cabe a esta sociedade repensar e discutir o fato de o Brasil - hoje a oitava potência econômica - ocupar uma das piores colocações, entre os países do ocidente, em qualidade de vida. A discussão deve ir além da preocupação com a sobrevivência da população, buscando sobretudo alcançar seu desenvolvimento.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

São as combinações dos produtos agrícolas, no tempo e no espaço, que promovem o quadro potencial e referencial, do emprego necessário. Definem os patamares e os momentos, e influem sua própria configuração de pólos residenciais de trabalhadores temporários.

No Estado de São Paulo, as variações no emprego agrícola têm sido aparentemente de pequena dimensão numérica, e os principais condicionantes, além da adoção recente e parcial das colheitadeiras da cana-de-açúcar, são de ordem conjuntural. Incorreto,

entretanto, considerar as reduções apenas em termos absolutos, pois há que se levar em conta que o nível de emprego, fruto de progressos agrários e agrícolas, não tem sofrido processos de alterações potenciais. Sem mudanças de peso na estrutura fundiária, foi a expansão da laranja que contribuiu para incrementar as necessidades da força de trabalho temporária em período recente. Significa que, em torno de um nível médio potencial de emprego com ganhos positivos insignificantes, qualquer redução percentual nas várias categorias tem grande relevância.

O mercado de trabalho agrícola é, de fato, um quase inalterado calendário de colheitas, caracterizado pela necessidade de coeficientes técnicos por produtos, e qualquer interferência política, econômica ou climática se traduz em mais ou menos dias-homens a serem contratados para finalizar o seu ciclo de atividades.

Nesse contexto de oferta de serviços, definida em patamares letárgicos com participação ainda significativa da mão-de-obra temporária, é de se supor em que precárias condições se inserem o trabalho feminino e mirim e como se dão os processos de negociação salarial.

(14) Pesquisa mostra que crianças brasileiras vivem mal. Folha de São Paulo, SP, 1/6/89.